

PKS

**PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT**

**REVISTA DE GEOGRAFIA
(UFPE)**

www.ufpe.br/revistageografia

OJS

**OPEN
JOURNAL
SYSTEMS**

IMPACTO ESPACIAL, PERIFERIZAÇÃO E HABITABILIDADE EM PIRAJÁ: IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE SALVADOR-BA

Fádia Rebouças¹

¹ *Mestre em Geografia (UFPBA). Pesquisadora dos Grupos Desenvolvimento, Sociedade e Natureza (UCSAL) e Espaço Livre de Pesquisa/Ação (UFBA). Rua José Sales, 17, São Caetano, Salvador, Bahia. CEP: 40391240. Email: geografar@gmail.com*

Artigo recebido em 11/05/2010 e aceito em 25/07/2011

RESUMO

Este trabalho aborda as conseqüências do processo de periferização para a configuração do espaço urbano das cidades capitalistas subdesenvolvidas, em análise de Salvador – Bahia, com estudo de caso em Pirajá, Subúrbio Rodoviário da cidade. O mesmo possui como foco de investigação as conseqüências daquele processo para o espaço urbano – seus impactos espaciais –, o que envolve a integração de conceitos, ultrapassando a análise fragmentada do espaço geográfico, a saber, aquela que se baseia no estudo dos ambientes natural ou construído, legado da filosofia positivista. Para tanto, além de caracterizar a configuração suburbana de Salvador – contextualizando-a, e inserindo Pirajá como um espaço importante para o aprofundamento desta análise – trabalha-se os conceitos de espaço urbano, impacto espacial e planejamento daquele espaço, ou, especificamente, espaço construído periférico, análise central da pesquisa realizada. A partir desta análise, que também caracteriza as ações de alguns agentes na produção do espaço urbano periférico – com destaque para o Estado –, foi possível caracterizar as conseqüências do processo de periferização de Salvador para as condições de vivência e habitabilidade de Pirajá, entendidas como impactos espaciais em ambientes construídos para habitação.

Palavras-chave: produção do espaço urbano periférico, impacto espacial, Pirajá, Salvador-BA.

IMPACT SPACE, PERIPHERIZATION AND HABITABILIDADE IN PIRAJÁ: IMPLICATIONS SOCIAL AND SPATIAL OF PRODUCTION URBAN SPACE OF SALVADOR-BA

ABSTRACT

This paper discusses the consequences of skirting process for the configuration of urban space underdeveloped capitalist city, in analysis of Salvador – Bahia, with a case study in Pirajá, Road Suburb of the city. The same research has focused on the consequences of that process for urban space – its spatial impacts –, which involves the integration of concepts, overcoming the fragmented assessment of geographical space, namely, that based on the study of natural or built environments, legacy of the positivist philosophy. For both, addition to characterize the suburban setting of Salvador – contextualizing it – and inserting Pirajá as an important space for the deepening of this analysis – work the concepts of urban space, spatial planning and impact of that space, or, specifically, the built space peripheral, analysis of the research. From this analysis, which characterizes the actions of some agents in the production of urban space peripheral – especially the State –, was possible to characterize the consequences of the process periphery of Salvador to the conditions of life and the habitability of Pirajá, understood as spatial impacts in built environments for habitation.

Keywords: peripheral production of urban space. spatial impact, Pirajá, Salvador-Ba.

INTRODUÇÃO

O crescimento espacial da cidade de Salvador, no sentido da expansão da ocupação horizontal, foi inexpressivo até o final do século XIX, sendo importante apenas no século XX – principalmente a partir da segunda metade –, quando sua população teve crescimento acelerado. As décadas de 1950, 1960 e 1970 foram marcadas por importantes transformações econômicas em Salvador e sua região de entorno. Nessas décadas foi iniciado o desenvolvimento das atividades petrolíferas no Recôncavo e implantados o Centro Industrial de Aratu (CIA) – na BR-324 – e o Complexo Petroquímico no município de Camaçari – Região Metropolitana de Salvador, respectivamente. Tais atividades tiveram grande repercussão no crescimento urbano da cidade, sobretudo pelo processo migratório. Aliadas aos acontecimentos externos vieram as políticas internas, como as infra-estruturais, a exemplo da expansão viária. Neste contexto, a produção do espaço urbano de Salvador é dinamizada com ações contraditórias e complementares de diversos agentes espaciais hegemônicos e não-hegemônicos; neste trabalho serão identificados três deles, por terem suas ações mais facilmente identificadas no contexto do espaço periférico: o Estado, os

sujeitos espaciais e os proprietários fundiários.

Os maiores fluxos migratórios se concentraram nas regiões dos Subúrbios e do Miolo – até então pouco habitadas –, como consequência também os problemas urbano-ambientais e socioeconômicos de Salvador, sendo que ambos perduram até os dias atuais. Esta expansão não foi acompanhada pela oferta (pode-se falar em descentralização) dos serviços e equipamentos urbanos básicos e de qualidade, ofertas de emprego e moradia, além de ter sido caracterizada pelo crescimento espontâneo, resultando no que Espinheira (2003) denominou de urbanização de sufoco e sufocante, referindo-se ao aspecto da paisagem urbana. Trata-se da Salvador que, como afirma Serpa (2002), cresce às margens da atuação do Estado. Pirajá situa-se entre o Subúrbio Ferroviário e o Miolo da cidade e insere-se na macrorregião do Subúrbio Rodoviário de Salvador, às margens da via BR-324 (Figura 1).

É a partir dos estudos empíricos realizados desde o ano de 2008 em Pirajá que este trabalho será embasado. De acordo com Rebouças (2008), o bairro atualmente possui como principais agentes do espaço os sujeitos espaciais, ainda que tenha sido alvo das incipientes políticas para habitação popular promovidas pelo poder público. De acordo com a mesma autora,

também mencionado em documento da Coordenação de Desenvolvimento Social - CDS (1983), Angeoletto (2000) e Serpa (2001), a situação fundiária de Pirajá encontra-se em situação peculiar, sendo que a maioria das terras ainda pertence à Companhia Progresso e União Fabril da Bahia, que demonstra relativo descaso embora confirme a posse e interesse pelas

mesmas (REBOUÇAS, 2008) (ANEXO 1, Rebouças, 2008). A Companhia, maior proprietária fundiária do bairro, foi responsável pelo início da ocupação residencial de Pirajá, através do loteamento e arrendamento dos lotes, onde foi erguida – em geral através da autoconstrução – grande parte das residências de Pirajá.

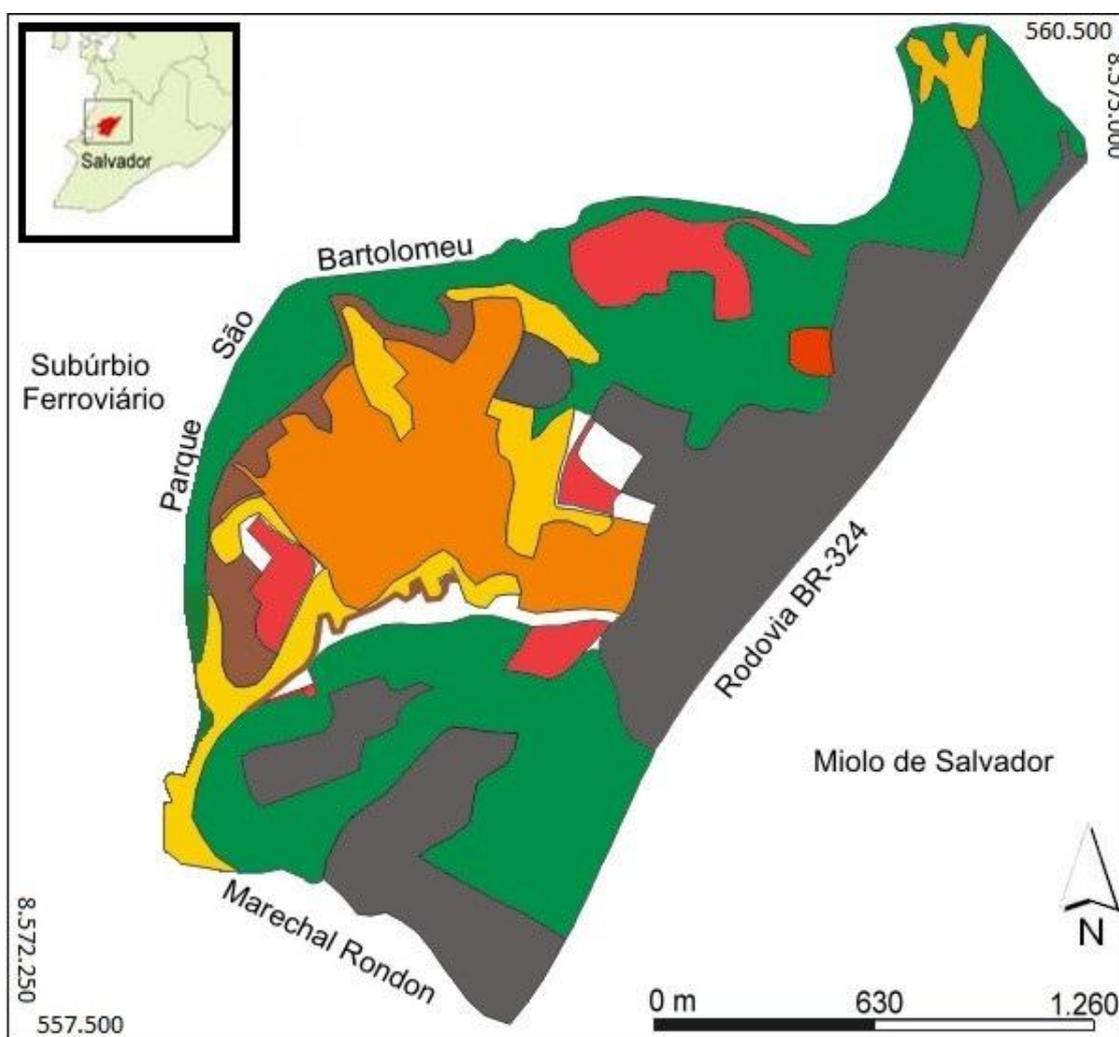


Figura 1 - Localização de Pirajá no município de Salvador/Bahia-Brasil

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base na malha censitária do IBGE (2000) e Vão Aerofotogramétrico (PMS, 2006) – SIED/INFORMS/CONDER.

A delimitação temporal deste trabalho justifica-se pela intensificação dos processos de ocupação de Salvador e do bairro em destaque, a partir dos anos de 1970. Com a realização desta pesquisa pretendem-se caracterizar o espaço urbano-ambiental de Pirajá, com ênfase nos aspectos do processo de uso do solo para ocupação residencial, suas conseqüências ao urbano e interferências nas condições de habitabilidade. A ampliação e aprofundamento dos conhecimentos sobre o bairro de Pirajá se constituirão em uma importante contribuição aos estudos urbano-ambientais da cidade do Salvador, uma vez que se trata da espacialização de um processo único. A relevância e justificativa da realização desta pesquisa serão apresentadas com as palavras de Coelho (2001), para a qual os problemas ambientais atingem de forma diferenciada os espaços da cidade, de acordo com as classes sociais predominantes. As classes desfavorecidas, devido à desvalorização do solo, encontram-se em ambientes mais susceptíveis a riscos como alagamento e desmoronamento. Este fato, associado à precariedade das políticas públicas, compõe o espaço peculiar e carente da periferia das grandes cidades, como Salvador. Chamar atenção para as condições de habitabilidade da população de baixo poder aquisitivo – residente em

Pirajá – será a maior contribuição social deste trabalho.

A realização deste trabalho contou com as técnicas da pesquisa e seleção bibliográfica e documental, observação direta e indireta, entrevistas semi-estruturadas e oficinas, realizadas em intensos trabalhos de campo entre os anos de 2008 a 2021. Tais técnicas permitiram, qualitativamente, diagnosticar detalhadamente os problemas do bairro, além de alcançar um maior conhecimento acerca da espacialização do processo de urbanização de Salvador. Os estudos de impactos não devem apenas encontrar-se vinculados à descrição/caracterização do fenômeno na paisagem, ignorando o processo histórico-social. Desta maneira, considerando a importância da análise das dimensões espaço/tempo para a compreensão da complexa configuração do espaço, adotaremos os procedimentos histórico e comparativo. A fotointerpretação auxiliou na escolha da delimitação temporal, a partir de fotografias aéreas da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (CONDER), das décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000. Para a análise das ocupações mais recentes (pós 2006) foram utilizadas imagens de satélites. Este trabalho contou também com uma ampla reflexão conceitual no âmbito da ciência geográfica, a fim de situar teoricamente o

estudo proposto e realizado, pautado na análise integrada do espaço e compreendendo-o como uma totalidade.

URBANIZAÇÃO, (ESPAÇO / AMBIENTE) URBANO, IMPACTO ESPACIAL E PERIFERIZAÇÃO

O espaço urbano das grandes cidades capitalistas, como define Corrêa (2004), compõe-se de um complexo conjunto de usos de terra e de uma diversidade de espaços que mantêm ligação, numa relação de interdependência. De forma geral, este espaço geográfico é estruturado por processos geradores de formas e funções sociais (SANTOS, 2003), de forma dialética. Essas funcionalidades podem ser resumidas dentro do contexto da reprodução social, que, nos moldes de uma sociedade capitalista, privilegia uma pequena parcela de indivíduos. Desta maneira, o espaço urbano deve ser compreendido dentro de um contexto histórico – sem o qual não seria possível explicar sua configuração atual – a partir de materializações e funcionalidades originadas de processos que têm como objetivo maior a conservação das condições sociais da sociedade do capital, a saber, concentração de renda, quantidade e qualidade de serviços para uma minoria da população.

A caracterização acima generalizada faz suscitar outro conceito, o de periferização, intrínseco ao complexo conjunto de usos no qual se define o espaço urbano. Este trabalho trata do uso residencial do solo urbano para as classes sociais desfavorecidas, tema amplamente trabalhado pelos cientistas sociais, também com Salvador, a exemplo de Carvalho e Pereira (2006), Espinheira (2003), Fernandes (2003, 2004), Rebouças (2008), Serpa (2001, 2002), Souza (2000a, 2000b), entre outros. O processo de periferização (assim como o de segregação – exceto a auto-segregação – ou de favelização) se espacializa na forma de uma intensa utilização do espaço para alocação de residências no geral erguidas através da autoconstrução e fora dos parâmetros urbanísticos, escassez e precariedade de serviços urbanos básicos e de intervenções do poder público.

Vale contextualizar – ainda que de forma generalizada – como tentativa de compreensão, como se desenvolveu o processo de aceleração da construção periférica nas grandes cidades subdesenvolvidas, responsável por grande parcela da configuração urbana atual daquelas cidades. A Revolução Industrial da segunda metade século XVIII foi o marco da transformação do modo de produção dominante (e também do amadurecimento do sistema capitalista,

que passa de comercial para industrial), teve início na Inglaterra e, ao longo do século XIX, expandiu-se para outros países desenvolvidos. Apenas no século XX, especialmente em sua segunda metade, os países subdesenvolvidos conhecem a intensificação da produção industrial em larga escala, caracterizando-a como tardia e (por isso mesmo) acelerada.

Um fenômeno foi comum aos dois grupos de países, o êxodo rural, a saída de pessoas do campo em direção às cidades. As diferenças começam nas próprias razões do êxodo, nos países subdesenvolvidos, mais do que o fator atrativo – a indústria – foi determinante aquele repulsivo, exercido pelos problemas passados pela zona rural (o Brasil, particularmente, possuiu o agravante da seca no sertão nordestino). Assim, como afirma Castells, o fenômeno pode ser entendido “muito mais como uma decomposição da sociedade rural do que como expressão do dinamismo da sociedade urbana.” (CASTELLS, 2000, p. 85). O autor em destaque expõe algumas conseqüências do que denominou hiperurbanização, as quais incluem processos como periferização, favelização e segregação. Santos (1989) denominou o fenômeno dos países subdesenvolvidos como êxodo da miséria e da esperança. Monte-Mór (1996) denomina urbanização extensiva na periferia industrial.

Houve, em suma, uma relação sensivelmente desigual entre a oferta e a demanda de empregos nas cidades subdesenvolvidas, por ocasião do início da industrialização. “Esta população [...] exército de reserva de uma indústria inexistente, está na base do desenvolvimento urbano.” (CASTELLS, 2000, p. 81). Esta mesma população, não tendo condições de pagar por uma moradia digna e bem localizada – o que envolve disponibilidade de serviços e equipamentos urbanos, além das características da construção –, foi responsável pela expansão considerável do fenômeno da periferização do mundo subdesenvolvido, resultando em um ambiente urbano precarizado.

Para evitar uma possível interpretação equivocada da afirmação acima, vale ressaltar a lógica sob a qual esses fenômenos espaciais estão vinculados. O modo de produção capitalista sugere uma relação entre dominação e dependência, para fins de reprodução socioeconômica, objetivando a cada vez maior acumulação de capital. Assim, às regras do sistema vigente, sempre terão dominantes, dominados e a formação, nestes últimos, de uma estrutura social que garanta a manutenção dessa relação desigual. Esta condição de aparente hierarquia deve ser mantida para que se alcance uma sociedade dentro da lógica capitalista,

assim, as técnicas se renovam de maneira cada vez mais acelerada – com o processo de amadurecimento do sistema –, tornando-se ainda mais inacessíveis aos desfavorecidos pelo mesmo. A conservação dessas condições gera um ciclo interno em cada uma das classes homogêneas, processo que ocorre pela conveniência dos detentores do capital, é legalizado pelo Estado e se espacializa na cidade.

As classes sociais possuem, como assinala Corrêa (2004), diferentes capacidades de pagar pelas residências que ocupam, segundo seus tipos e localizações. Assim, as mesmas resolvem de maneiras distintas os problemas do como e do onde morar na cidade. As classes desfavorecidas, distantes dos benefícios referentes aos serviços e equipamentos urbanos necessários à vivência digna na cidade, aumentam em número de indivíduos e espaço ocupado. As classes sociais se encontram fragmentadas no contexto do espaço urbano e articuladas na ótica do processo produtivo e da reprodução social. O processo de espacialização dos pobres nas cidades é amplamente tratado por cientistas sociais, geralmente embasados nos conceitos de favelização, periferação, segregação ou pobreza urbana. Aquele processo, no contexto da análise do espaço físico, também se faz vastamente analisado, geralmente sob a

roupagem de conseqüências do crescimento urbano para o meio ambiente, por cientistas naturais. A proposta aqui é analisar o ambiente construído de um bairro do Subúrbio Rodoviário da cidade de Salvador – o bairro de Pirajá – como um espaço impactado, conseqüência das ações dos agentes espaciais ao longo do tempo. A análise não é feita, por exemplo, da área do Parque São Bartolomeu¹ (Foto 1) que foi desmatada para ocupação, sim do espaço resultado desta ação (Fotos 2 e 3), aqui entendido como impacto espacial, que confere condições peculiares de habitabilidade aos moradores de Pirajá. Este conceito pretende remeter à reflexão sobre os sistemas de ações responsáveis, assim como dos sujeitos espaciais diretamente vinculados. Retornando ao conceito de espaço, compreende-se a existência histórica de um sistema de ações hegemônicas – valorização/desvalorização de espaços, omissão – e ações não-hegemônicas – autoconstrução, ocupações informais – acontecendo desigual e contraditoriamente em um espaço não neutro, que nesse ritmo é produzido e se reproduz ininterruptamente.

Assim sendo, a análise de um impacto espacial deve ser interpretada como uma conseqüência de um processo – vale

¹ O Parque São Bartolomeu é uma APA localizada no interior da cidade de Salvador, vizinha ao bairro em estudo. Atualmente é o principal vetor de crescimento da ocupação informal de Pirajá.

ressaltar dinâmico –, com abrangência temporal e espacial. De acordo com Coelho, para interpretar um impacto deve-se “[...] compreender a história (não linear) de sua produção, o modelo de desenvolvimento urbano e os padrões internos de diferenciação social” (COELHO, 2001, p. 35). Neste conceito encontram-se inclusos os processos formadores do espaço urbano, como o de periferação, o complexo conjunto de usos do solo que constitui o espaço urbano e os papéis dos agentes formadores deste espaço, além da lógica fragmentadora e desigual do sistema capitalista já mencionada na introdução deste escrito.

As fotos 1 e 2 – associadas à leitura do espaço e seus agentes – permitem interpretar, além dos impactos visíveis ao ambiente natural e às condições de vivência e habitabilidade, que a produção do espaço dessa cidade baseou-se na legitimação na propriedade privada e valorização de alguns espaços privilegiados; ao passo em que outros espaços – no geral os mais longínquos das áreas centrais, íngremes (Figura 2), sujeitos a alagamento ou em áreas de proteção ambiental – seguem às margens

de políticas públicas efetivas. Tais ações são norteadas pela lógica de produção capitalista do espaço, a qual privilegia as classes de altos rendimentos e cria condições para a reprodução das condições sociais e econômicas, sempre legalizada pelo Estado. Nesse contexto, destacamos como principais agentes de produção do espaço urbano, responsáveis diretos pelos moldes da urbanização desencadeada em Salvador – e conseqüente processo de periferação da cidade –, o Estado, por legalizar ações, agir e omitir-se (aqui principalmente diante das condições sociais da periferia urbana), os proprietários fundiários – principalmente de terras rurais periféricas, que lotearam ilegalmente suas terras e não proporcionaram infraestrutura urbana necessária, e os sujeitos espaciais, compostos pelas classes de baixo ou nenhum rendimento, que atuam diretamente na produção da urbanização, notavelmente a partir da autoconstrução (não apenas das casas, mas também do bairro – Chinelli (1981), Lima (1981), Maricato (1982), Valladares (1983)). Todos os exemplos acima são encontrados em Pirajá



Foto 1 –

Visão aérea do Parque São Bartolomeu. Foto: CONDER, 2010.

AMBIENTE URBANO, IMPACTO ESPACIAL E PERIFERIZAÇÃO EM SALVADOR: UM ESTUDO DE PIRAJÁ

O uso residencial em Pirajá caracteriza-se pelas ocupações espontâneas – residências antigas, essencialmente erguidas através da

autoconstrução em lotes e parcelamentos ilegais de lotes, ocupações informais antigas e recentes – e ocupações planejadas, estas compostas por seis conjuntos habitacionais (REBOUÇAS, 2008).



Foto 2 – Moradias erguidas na área do Parque Foto: Joseas Alves, 2006



Foto 3 – Moradias erguidas na área do Parque. Foto: Joseas Alves, 2006

Na produção residencial do espaço Pirajá é predominante a ação dos grupos sociais excluídos² como modeladores do mesmo, através da auto-segregação induzida pela ausência de possibilidades de pagar por uma habitação em melhores condições e necessidade de sobrevivência diante das regras ditadas pelo capital, aparece também o poder público como agente segregador. (REBOUÇAS, 2008, p. 62).

O final do século XX e início do século XXI foram marcados por muitas transformações espaciais em Pirajá – desde as primeiras ocupações, seja dos lotes, conjuntos habitacionais ou ocupações informais, Vasconcelos (2002), às mais recentes, Rebouças (2008) – o bairro passou por uma série de mudanças. Entretanto, a quantidade e natureza dos fluxos e fixos não atendem à demanda da população em crescimento, gerando graves problemas sociais, acentuados pela precariedade de grande parcela das habitações erguidas (REBOUÇAS, 2008). As entrevistas, oficinas e diálogos realizados possibilitaram diagnosticar as insatisfações dos moradores, tanto com suas residências como com o espaço do bairro. Historicamente, podem-se inferir dois principais agentes modeladores daquele espaço e responsáveis pelas ações

posteriores: inicialmente a Companhia Progresso e União Fabril da Bahia, a partir do loteamento e arrendamento de pequenos lotes e o poder público, a figura do Estado, notadamente com as não-ações (omissão). A partir dos anos o papel principal passa aos sujeitos espaciais, o Estado atua com pequenos paliativos infraestruturais, construção de escolas, sempre com insuficiência e precariedade. Estes agentes, de maneira integrada através do tempo, foram responsáveis pela atual configuração do urbano do bairro. Muitas ocupações informais encontram-se em superfícies íngremes – como a mais recente – sujeitas ao desmoronamento (Fotos 4 e 5), ou nas áreas situadas dentro dos limites do Parque São Bartolomeu, susceptíveis, desta vez, ao alagamento, devido à proximidade de cursos de água (Fotos 1 e 2). As habitações caracterizam-se pelo alto grau de precariedade, compondo, assim, um ambiente urbano insalubre e sem condições de vivência digna.

² Neste trabalho preferimos a nomenclatura sujeitos espaciais ou sociais aos grupos sociais excluídos trazidos por Corrêa (2004).

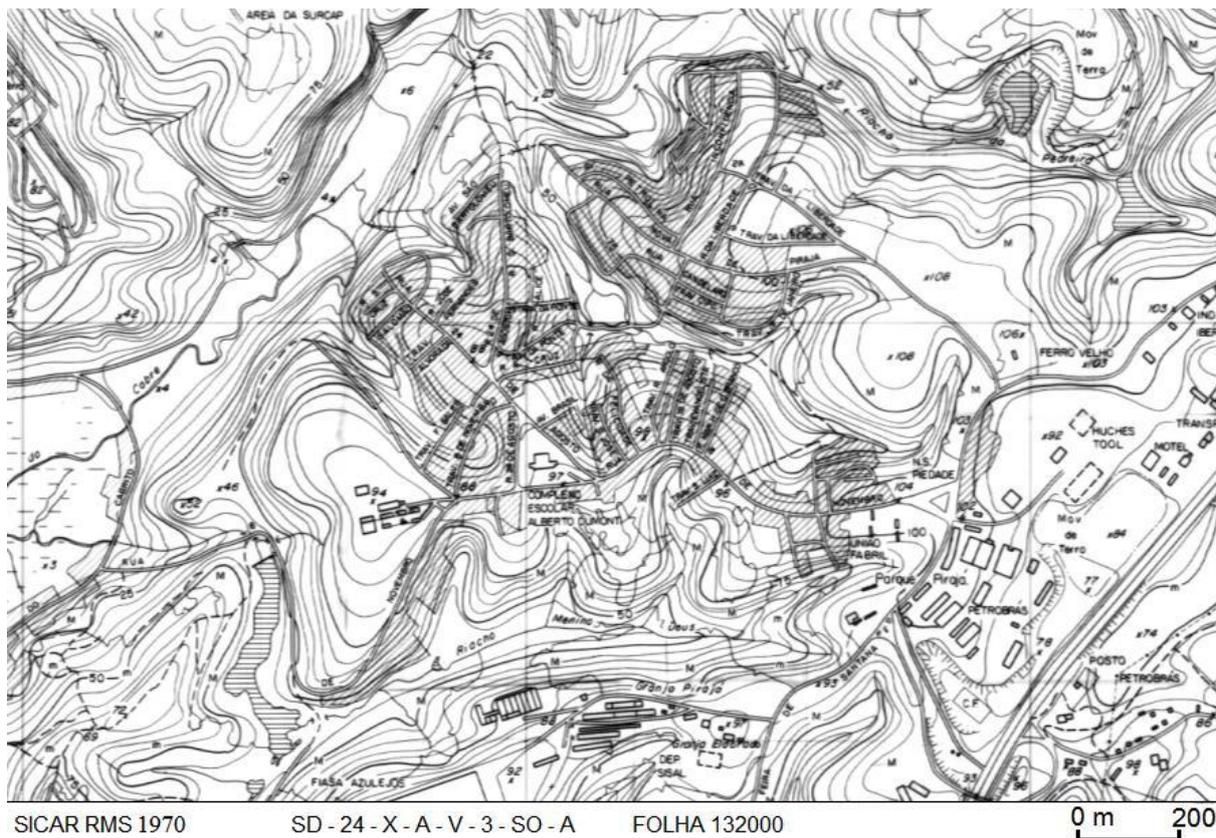


Figura 2 Topografia da área de Piraja. Fonte: (CONDER, 1976) – Adaptada

As ocupações informais mais antigas, no geral, caracterizam-se por estruturas mais resistentes que as mais recentes, ainda que estas já apresentem residências de bloco e cimento, como pode ser observado nas fotos 1 e 2. Entretanto, ainda naquelas, os serviços infra-estruturais são precários (Fotos 6 e 7). Nos loteamentos a característica do espaço não é diferente, o impacto espacial na ocupação residencial se faz presente (Foto 8). Outro fator importante é a estrutura das residências construídas com a intervenção do poder público, que proporciona péssimas condições de habitabilidade (Foto 9), caracterizada por residências com paredes

em comum em ruas muito estreitas. Os conjuntos mais recentes possuem estruturas mais aprazíveis, entretanto, como afirma entrevistada do Residencial Vista do Mar B, os apartamentos são muito pequenos, dificultando a disposição dos móveis básicos (Foto 10). A Prefeitura Municipal de Salvador construiu pequenas residências entre os anos de 2007 e 2008, algumas também com estrutura de parede única, em espaço que, de acordo com fotografia aérea da Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Conder), datada de 2002, havia resquícios de Mata Atlântica, vegetação do Parque São Bartolomeu. O mesmo pode ser

concluído, com outro recorte temporal, da área de lazer do Conjunto Pirajá I (Foto 11).

A partir das oficinas realizadas com moradores do bairro no ano de 2010 foram confeccionadas representações espaciais com a base da imagem de satélite, que, entre as representações disponíveis, possui datação mais recente (ano de 2009). Além do mapa de predominância de uso

residencial (para ter a noção da área de loteamento, ocupações informais e conjuntos habitacionais), foi confeccionado o mapa das condições de habitabilidade do bairro. Os moradores também identificaram as áreas com necessidade de remoção da população, que se referem principalmente àquelas ocupações informais dos fundos dos vales e da área do Parque.



Foto 4 – Ocupação informal recente. Foto: REBOUÇAS, 2008



Foto 5 – Ocupação informal recente.



Foto 6 – Ocupação informal antiga. Foto: REBOUÇAS, 2008.



Foto 7 – Ocupação informal antiga.



Foto 8 – Loteamento Rua Gessina Araújo de Brito. Foto: REBOUÇAS, 2008.



Foto 9 – Conjunto Pirajá I. Foto: REBOUÇAS, 2008.



Foto 10 – Residencial Vista do Mar. Foto: REBOUÇAS, 2008.



Foto 11 – Campo de Futebol do Conjunto Pirajá I.

Nota-se uma prevalência das condições insuficientes de habitabilidade, que, junto às condições precárias, formam mais de 90% do espaço residencial do bairro. Para a construção dessas representações a associação com a Figura 2 foi importantíssima, dado que, em uma mesma via – variando de acordo com declividade – pode ser encontrada mais de uma condição de habitabilidade. Desta maneira, variados são os impactos espaciais em uma mesma via, aspecto intimamente ligado ao tempo da (auto) construção.

Tais estudos de impactos espaciais urbanos são de suma importância para o planejamento da cidade, considerando principalmente o grau de participação da população nos resultados. Durante as oficinas foram questionadas possibilidades de intervenção do Estado para melhoria nas condições de vivência da população em geral, sendo que projetos urbanísticos foram as soluções mais mencionadas. Para cada condição de habitabilidade (logo os vários lugares do bairro) foram citadas ações específicas em todas as esferas de necessidades, o que ratifica a teoria que afirma que quem melhor conhece o lugar é

quem o constrói. Para alcançar a redução dos impactos espaciais ao urbano aliada às melhorias nas condições de habitabilidade faz-se necessário um planejamento urbano efetivamente participativo. E, para se efetivar o planejamento participativo, concordamos com Souza (2008), para quem a escala do bairro (e geograficamente inferiores) como unidade de planejamento é a única possível. Ainda para a efetivação do planejamento com participação popular, concordamos com o mesmo autor – agora em Souza (2011) – quando o mesmo critica a visão de

sobrevôo dos agentes planejadores do urbano. Em contrapartida, a visão de perto, tomando o bairro como unidade de planejamento e seus moradores como agentes em potencial, é de grande relevância para a minimização dos problemas sociais enfrentados pelas periferias urbanas.

Essa contrapartida, porém, não segue a lógica capitalista da produção do espaço. Lógica esta que insere em seu contexto e para sua continuação processos por alguns autores ditos como não capitalistas, a exemplo da autoconstrução (Fotos 12 e 13).



Foto 12 – Exemplo de autoconstrução em ocupação recente



Foto 13 – Exemplo de autoconstrução em área de risco Foto: CONDER, 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, de maneira sucinta e generalizada, pode-se afirmar que Pirajá é alvo de intervenções públicas insuficientes, com ênfase para as questões referentes à habitação, infra-estrutura – como vias estreitas e sem pavimentação – e também serviços como os de saúde,

educacional, de saneamento e de transporte, necessários tanto à valorização do espaço como à sobrevivência digna. Alguns problemas são ocasionados pela não ação do poder público, como a ocupação irregular do espaço, construções em encostas ou em área de proteção ambiental, geralmente com estruturas precárias. Outro problema encontrado em

Pirajá, como mencionado, é a forte irregularidade da situação fundiária de boa parte dos moradores, resultado de uma ação datada dos anos de 1960/1970 e que possui grande representatividade para a característica atual da ocupação. A associação destes fatores resultou em um espaço urbano impactado, caracterizado por condições de habitabilidade precárias. Vale ressaltar a necessidade de adotar um planejamento espacial, analisando a complexidade do espaço de maneira integrada, a saber, o espaço geográfico. Em um esforço de exemplificação, adota-se um conceito de impacto que ultrapasse a ideia de consequência da ação antrópica sobre o ambiente natural, para além disso, o mesmo deve incluir implicações de ações antrópicas ou naturais sobre um ambiente, seja natural, seja construído ou urbanizado. O que, neste, interfere qualitativamente nas condições de habitabilidade.

Tendo em vista a amplitude dos impactos gerados pelo processo de periferização ao espaço urbano de Salvador, ao longo do tempo, faz-se necessário suscitar a emergência de ações que venham a minimizar as consequências e/ou evitar o crescimento acelerado dos mesmos. Desta maneira, nota-se no espaço escolhido como universo a carência e emergência de um planejamento para gestão eficiente do ambiente urbano da cidade, com vistas à

qualificação das condições de habitabilidade.

Para o planejamento – que deve ser participativo – é necessária a interpretação dos processos responsáveis pelos problemas diagnosticados. Em outras palavras, ao planejamento é essencial a análise dialética das categorias espaço/tempo com ênfase nos papéis dos agentes e as consequências de suas ações ao espaço urbano; tentativa de estudo esta realizada pela pesquisa em andamento e brevemente exposta no presente escrito. Decerto, a mera descrição da paisagem ou a interpretação do impacto como apenas ambiental não satisfaz a complexidade que se demonstra o espaço geográfico.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, I. M. M.; PEREIRA, G. C. Segregação socioespacial e dinâmica metropolitana. In: CARVALHO, I. M. M.; PEREIRA, G. C. (orgs.). Como anda Salvador e sua Região Metropolitana. Salvador: EDUFBA, 2006, p. 83-108.
- CASTELLS, M. A questão urbana. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. (Coleção Pensamento Crítico, v. 48).
- CHINELLI, F. Os loteamentos de periferia. In: VALLADARES, L. P. (org.). Habitação em questão. 2. Ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981, p. 49-68.
- COELHO, M. C. N. Impactos ambientais em áreas urbanas: teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (orgs.). Impactos ambientais urbanos no

Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 19-45.

CORRÊA, R. L. O espaço urbano. 4. Ed. São Paulo: Ática, 2004.

ESPINHEIRA, G. Imagem da cidade feia e desumana: Salvador vista no subúrbio ferroviário. In: ESTEVES JUNIOR, Milton; URIARTE, Urpi Montoya. Panoramas urbanos: reflexões sobre a cidade. Salvador: EDUFBA, 2003, p. 185-199.

FERNANDES, A.; SOUZA, A. G. (orgs.). Habitação no Brasil: reflexões, avaliações e propostas. Salvador: FAUFBA/PPGAU, 2004.

FERNANDES, R. B. Las Políticas de la vivienda en la ciudad de Salvador y los procesos de urbanización popular en el caso del Cabula. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2003.

_____. et al. O crescimento urbano em Salvador e os impactos ambientais na formação do Cabula, bairro popular estratégico da cidade. Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, Vol. IX, nº 521, 10 de julio de 2004.

_____. REBOUÇAS, F. A pobreza na cidade de Salvador, Bahia-Brasil: uma análise de Pirajá, exemplo de segregação sócioespacial. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, 11, 2010, Buenos Aires. Anais eletrônicos... Barcelona: Geocrítica, 2010. p. 1-15.

LIMA, M. H. B. Em busca da casa própria: a autoconstrução na periferia do Rio de Janeiro. In: VALLADARES, L. P. (org.). Habitação em questão. 2. Ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981, p. 69-92.

MARÇAL, M. S.; GUERRA, A. J. T. Processo de urbanização e mudanças na paisagem da cidade de Açailândia

(Maranhão). In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (orgs.). Impactos ambientais urbanos no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 275-303.

MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, E. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. 2. Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, p. 71-93.

MATTEDI, M. R. M. Autoconstrução em Salvador: a moradia possível. Bahia Análise & Dados. Salvador, v. 19, n. 3, 2009, p. 805-816.

MONTE-MÓR, R. L. M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M et al. (orgs.). Território: globalização e fragmentação. 2. Ed. São Paulo: Hucitec / Anpur, 1996, p. 169-181.

PAVIANI, A. A lógica da periferização em áreas metropolitanas. In: SANTOS, M et al. (orgs.). Território: globalização e fragmentação. 2. Ed. São Paulo: Hucitec / Anpur, 1996, p. 182-190.

REBOUÇAS, F. R. Processo de segregação sócio-espacial em Salvador: o caso da localidade de Pirajá. 2008. 104 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Católica do Salvador, Salvador.

_____.; FERNANDES, R. B. Processo de segregação sócio-espacial em Salvador: o caso de Pirajá. In: SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA, 11, 2008, Salvador. Anais... Salvador: UCSAL, 2008, p. 1-10.

_____. Impacto espacial e produção do espaço urbano periférico de Salvador-Ba. In: SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA, 13, 2010, Salvador. Anais... Salvador: UCSAL, 2010a, p. 1-10.

_____. Teoria e método em Geografia: discussão sobre segregação no âmbito da produção do espaço urbano periférico. In: SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA, 13, 2010, Salvador. Anais... Salvador: UCSAL, 2010b, p. 1-10.

SALVADOR. Prefeitura Municipal de Salvador (P.M.S.). Coordenação de Desenvolvimento Social (C.D.S.). Informações Sistematizadas Bairros de Baixa Renda. V. 2, 1983.

SALVADOR. Prefeitura Municipal de Salvador. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PDDU). Lei nº 7400/2008.

SANTOS, M. Manual de geografia urbana. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. Economia espacial: críticas e alternativas. 2. Ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. A urbanização brasileira. 5. Ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4 Ed. 2 reimpr. São Paulo: EDUSP, 2006. (Coleção Milton Santos, 1).

SANTOS, R. F. Planejamento ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SERPA, A. (org.). Fala, periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. Salvador: UFBA, 2001. (Série UFBA em campo).

_____. Margens de Salvador: a produção do espaço periférico metropolitano. In: LIMA, P. C.; LUZ, A. M. C.; CARVALHO, M. J.; SERRA, O. (orgs.). Quem faz Salvador? Salvador: UFBA - Pró-Reitoria de Extensão / Prefeitura Municipal de Salvador, 2002, p. 295-303.

SOUZA, A. G. Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador: EDUFBA, 2000a.

_____. Mudanças urbanas em Salvador no final do século XX. Bahia Análise & Dados. Salvador: SEI, v. 9, n. 4, p. 53-73, mar. / 2000b. SOUZA, M. L. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 5. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. Contexto: São Paulo, 2011, p. 147-166.

SPOSITO, M. E. B. Os embates entre as questões ambientais e sociais no urbano. In: CARLOS, A. F.; LEMOS, A. I. G. (orgs.). Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003, p. 295-298.

TAUK-TORNISIELO, S. M.; GOBBI, N.; FOWLER, H. G. (orgs.). Análise ambiental: uma visão multidisciplinar. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1995.

VALLADARES, L. P. Estudos recentes sobre a habitação no Brasil: resenha da literatura. In: VALLADARES, L. P. (org.). Repensando a habitação no Brasil. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1983, p. 21-77. (Debates Urbanos 3).

VASCONCELOS, P. A. Salvador: transformações e permanências (1549-1999). Ilhéus: Editus, 2002.

YÁZIGI, E. Patrimônio ambiental urbano: refazendo um conceito para o planejamento urbano. In: CARLOS, A. F.; LEMOS, A. I. G. (orgs.). Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a

cidade. São Paulo: Contexto, 2003, p.
253-265.
